

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social: fundamentos, formação e trabalho profissional

Sub-eixo: Formação profissional

MEMÓRIAS E HISTÓRIAS NEGRAS NO SERVIÇO SOCIAL: UMA EXPERIÊNCIA NA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

**SANDRA REGINA VAZ DA SILVA¹
BRUNA LIRA VENTURA RIBEIRO²**

RESUMO:

O presente artigo tem como objetivo apresentar uma experiência de extensão universitária sobre memória e história negra no estado do Rio de Janeiro, de modo a apontar a sua contribuição sobre a formação e o trabalho profissional em Serviço Social, mas mediante aos desafios implícitos sobre a realização de ações extensionistas na universidade pública e seu processo de curricularização.

Palavras-Chaves: Memórias Negras; Território; Formação; Serviço Social.

ABSTRACT: This article aims to present a university extension experience on memory and black history in the state of Rio de Janeiro, in order to point out its contribution to training and professional work in Social Service, but through the implicit challenges regarding the realization of extension actions at the public university and its curricularization process.

Keywords: Black Memories; Territory; Training; Social Service.

¹ Universidade Federal Fluminense

² Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

O artigo tem como objetivo apresentar a experiência de um projeto de extensão sobre memória e história negra no estado do Rio de Janeiro, consoante ao projeto de formação profissional em Serviço Social e o processo de curricularização da extensão.

Para alcançar este objetivo, o texto está organizado em dois importantes momentos, onde o primeiro demonstra o ponto de partida relacionado ao projeto de formação profissional em Serviço Social e os processos e normativas em torno da curricularização da extensão.

O segundo momento apresenta a experiência do projeto de extensão em uma universidade pública, seus desafios, potencialidades e diálogos voltados a importância de uma formação profissional antirracista.

A experiência inicial do projeto demonstra as potencialidades e desafios em torno de práticas extensionistas que procuram ir além dos muros universitários, e que são atravessadas pela contradória realidade marcada pelo racismo, capitalismo e apagamento das memórias negras nos territórios.

1. O projeto de Formação Profissional em Serviço Social e a Curricularização da Extensão

Foi a partir da conjuntura da década de 1960 que o Serviço Social brasileiro passou a questionar as suas bases de fundamentação e encarar a intenção de ruptura (PAULO NETTO, 2011), buscando reorganizar os caminhos teórico-metodológicos e ético-políticos que lhe dão sustentação.

Esse processo, teve como base a investida do estado autocrático burguês nos marcos dos ciclos ditatoriais no Brasil que logrou a expansão capitalista, aprofundamento da dependência de sua economia e subordinação política ao imperialismo estadunidense, pela via da proletarização e superexploração da força de trabalho da classe trabalhadora brasileira.

Em razão da expansão do mercado de trabalho entre os anos 1950 e 1960, o Serviço Social, que até este período se pautava hegemonicamente por bases ético-morais cujo trabalho profissional se vinculava a intencionalidade de seus agentes, sem relevância e orientação teórica sistemática, foi atravessado pela efervescência política da época, explicitada por um conjunto de

acontecimentos na América Latina (PAULO NETTO, 2011).

Esse fenômeno desencadeou no processo de renovação da profissão entre os anos 1960 e 1990, mas com grau diferente de complexidade, fontes teóricas e ideoculturais distintas e em sobreposição, que foram identificadas por Paulo Netto (2011) a partir de três principais perspectivas: modernizadora (funcionalista), fenomenológica (conservadora) e intenção de ruptura (marxista).

Buscando contestar o tradicionalismo na profissão, questionar seus fundamentos e direção sócio – política, os debates e reflexões que partiram desse movimento desencadearam ampla revisão na direção teórico-metodológica do Serviço Social, que buscou romper com análises endógenas situando – as no movimento da sociedade, apesar das tendências conservadoras reatualizadas.

A década de 1990 materializou esse processo de renovação do Serviço Social brasileiro que, partindo do enfrentamento ao conservadorismo, inaugurou a construção de um projeto de profissão vinculado a um projeto de sociedade que adensasse estratégias teórico-metodológica que articulassem teoria e prática, de modo a pensar a formação e o trabalho profissional numa perspectiva crítica, de visão totalizante e fundamentada no método em Marx.

A reformulação do Código de Ética Profissional publicada no ano de 1993, junto a Lei que Regulamenta a Profissão, a organização política da categoria, sobretudo de suas entidades, o diálogo e posicionamento em torno das reivindicações dos movimentos populares e da classe trabalhadora organizada e as Diretrizes Curriculares da ABEPSS de 1996, foram alguns frutos do processo de renovação no Serviço Social.

As Diretrizes Curriculares da ABEPSS lançada no ano de 1996 (p.166), pressupõe um projeto de formação profissional crítico que busca realizar um trato teórico, histórico e metodológico da realidade social, através da teoria social crítica e de um método, que permita a apreensão do singular como expressão da realidade social. Nesse sentido, o aporte teórico metodológico reivindicado, além de problematizar a sociedade capitalista, busca compreender os processos de produção material e reprodução das relações sociais, de modo a responder através do conhecimento e habilidades, a um exercício profissional crítico e fundamentado em seus pressupostos (ASSIS et al., 2021). Ademais, esse aporte possibilita reconhecer a natureza desta profissão e sua razão de ser, enquanto profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho.

Este projeto de formação profissional procura desnudar o significado social da profissão frente a “Questão Social” no Brasil, sem perder de vista a relação dialética entre particular e

universal. Este, portanto, é o eixo balizador que orienta e direciona o trabalho profissional e a lógica curricular estabelecida, que se estrutura de forma articulada a partir de três núcleos que correspondem as seguintes definições: Núcleo de Fundamentos Teórico- Metodológicos da vida social; Núcleo de Fundamentos da particularidade da Formação Sócio-Histórica da sociedade brasileira; Núcleo de Fundamentos do Trabalho profissional.

Os núcleos objetivam superar a fragmentação no processo de ensino-aprendizagem, oferecendo de forma conjunta e articulada conhecimentos e habilidades necessários para a atuação profissional.

No que se refere a extensão universitária, embora se tenha uma trajetória de marcos legais e orientativos datados do início do século XX, passando pela Lei nº 4.024 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação inaugurada no ano de 1961, e o Plano Nacional de Extensão de 1998 que prevê a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão e aproximação à comunidade, foi a partir do Plano Nacional de Educação de 2001/2010 que a curricularização da extensão ganhou delineamentos como um dos objetivos e metas deste documento.

Ainda de forma inicial, esse objetivo foi sendo acumulado nos anos seguintes a partir de diversos documentos e resoluções, até chegar no ano de 2018 quando o Ministério da Educação, através da Resolução Nº 07, regulamenta as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior, de modo a estabelecer os fundamentos, princípios e procedimentos necessários ao processo de curricularização da extensão universitária (ABEPSS, 2022).

As normativas preveem que a curricularização da extensão esteja vinculada ao cumprimento de uma carga horária de 10% do curso, cuja creditação seja reconhecida a partir de cinco modalidades de extensão: programas, projetos, cursos/oficinas, eventos e prestação de serviços. Esse último foi indicado como produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do Ensino, Pesquisa e Extensão, que deve ser encarado como um trabalho social (ABEPSS,2022).

Diante de tais orientações a ABEPSS abriu um campo de diálogo e reflexões que culminou na publicação do documento intitulado “Curricularização da Extensão e Serviço Social” no ano de 2022, de modo a tecer reflexões críticas em torno da extensão universitária e pautar uma concepção de extensão que reafirme os princípios da profissão a partir de sua renovação crítica. Esse documento se vincula ainda aos debates em torno da defesa da universidade pública, entendendo que os pressupostos da extensão devam perpassar por uma concepção popular, comunicativa e orientada para os processos de emancipação humana.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Embora permeado por um campo de disputas e desafios, a exemplo de ações e práticas voltadas para os interesses do mercado, o cumprimento dos 10% de carga horária do curso, o tipo de atividade a ser creditado e a realidade discente frente a essa exigência, a ABEPSS (2022) entende que a defesa das premissas “popular e emancipatória” direcionadas à extensão universitária pressupõe:

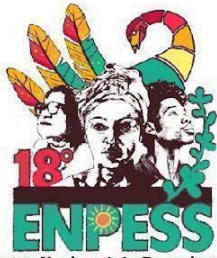
a construção de espaços articulados à realidade social e que favorecem os princípios formativos referidos nas Diretrizes curriculares da ABEPSS de 1996 e, que podem contribuir no desenvolvimento das potencialidades e habilidades dos discentes em diferentes dimensões: planejamento, investigação, avaliação, sistematização, articulação interinstitucional, atendimento e organização de serviços à população favorecendo também a capacidade de formulação de respostas sociais da própria profissão (ABEPSS, 2022, p.29).

Partindo da concepção descrita acima, no âmbito de afirmar o projeto de formação profissional construído pelas Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) como ponto de partida para pensar o processo de curricularização da extensão, além das resoluções e normativas da própria universidade pública e o amplo debate promovido entre docentes e discentes da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense, aprovação da Política de Extensão da ESS/UFF apresenta a seguinte reflexão crítica:

cada instituição de ensino superior pública realizou o processo para a regulamentação interna e a implementação da curricularização da extensão. Na Universidade Federal Fluminense, os debates foram superestruturais, não se capilarizaram nas unidades acadêmicas, o que, por conseguinte, não propiciou o envolvimento da comunidade acadêmica e tampouco direcionou-se a elaboração de documentos orientadores da curricularização da extensão que se traduzissem como produto do debate coletivo (POLÍTICA DE EXTENSÃO DA ESS/UFF, 2024, p.18).

Mediante lacuna apontada, construiu-se na ESS uma Comissão voltada para a extensão, de modo a estabelecer estratégias e formas de creditação das atividades de extensão, buscando avançar nessa construção e garantir processualidade e sentido coletivo, além de posicionamentos críticos e contrários à determinadas ações tais como ações extensionistas que não se alinhem aos princípios defendidos pela Escola de Serviço Social e conseqüentemente, a direção dos princípios ético - político defendidos pela ABEPSS.

2. Projeto de Extensão Memória e História Negra no Estado do Rio de Janeiro: Contribuições ao Serviço Social



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

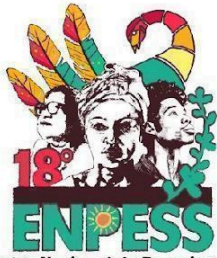
O Projeto de Extensão Memória e História Negra no estado do Rio de Janeiro nasce no bojo de tal mudança e implementação da curricularização da extensão na Escola de Serviço Social de Niterói, e se vincula ao Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Questão Racial e Serviço Social. É parte constitutiva do Projeto de Pesquisa “Racismo, Capitalismo e Luta de Classes na Formação Social Brasileira: a realidade carioca e fluminense” (2023), pesquisa que tem como objetivo investigar a particularidade da formação social brasileira a partir da confluência entre racismo e capitalismo dependente, com ênfase na realidade do estado do Rio de Janeiro, e especial interesse na região leste fluminense, onde se situa o município de Niterói.

Cabe destacar que o projeto de extensão partiu dos pressupostos vinculados ao projeto de pesquisa e da seguinte conjuntura: 1) a crescente demanda de estudantes negros, indígenas e quilombolas no curso de Serviço Social e suas reivindicações por disciplinas e abordagens teórico - metodológicas que se alinhem às suas respectivas realidades; 2) o movimento estudantil organizado e sua pauta de reivindicação em torno da necessidade de construções de disciplinas optativas sobre relações étnico – raciais, que posteriormente se tornou disciplina obrigatória com o processo de revisão curricular iniciado no ano de 2018; 3) a ampla procura em torno da disciplina e dos debates sobre relações étnico - raciais pelos estudantes do curso de Serviço Social e também por estudantes de outras áreas do conhecimento; 4) o significativo número de estudantes jovens que residem na região leste fluminense e pouco conhecem a história de seus territórios e em sua maioria, nunca visitaram os espaços de memória negra da cidade do Rio de Janeiro, que é referência no país.

Deste modo o Projeto de Extensão “Memória e História Negra no estado do Rio de Janeiro” tem por objetivo fomentar conhecimento sobre a história brasileira, partindo de visitas guiadas à locais que preservam memórias e histórias negras e nos contam uma história que a história oficial procurou ocultar, sobre a particularidade da formação social brasileira.

Sabemos que essa história é marcada pelo escravismo colonial, lutas, resistências e organização (Quilombos) de africanos e seus descendentes que foram escravizados e que, através de suas insurgências, construíram o que conhecemos por cultura africana e afro-brasileira. Tais experiências estão permeadas pelas expressões da questão social na região e possibilita, sobretudo, que os estudantes da UFF-Niterói, em sua maioria oriundos de tais regiões (Niterói, São Gonçalo, Itaboraí, etc.) possam ressignificar esses territórios através da formação e trabalho profissional em Serviço Social e/ou outras áreas do conhecimento.

Vale destacar que a colônia brasileira foi substantiva no circuito econômico do tráfico



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

africano e chegou a receber cerca de 40% de africanos que foram retirados de seu continente para o trabalho compulsório. Durante todo o período do tráfico (até 1850), esse número somou o total de 4.850.000 pessoas. Somente o Rio de Janeiro recebeu cerca de 1.500.000 africanos em seus portos (MOURA, 2014).

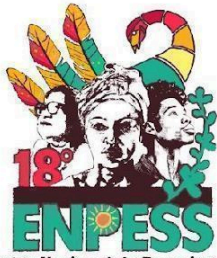
No século XIX, Moura (2014) considera que o cruzamento da sociedade escravista com as bases capitalistas, ao contrário de potencializar a formação de uma burguesia nacional, foi ocupada pelo capital externo, sobretudo inglês, que ao investir economicamente no país, manteve-o sob seu controle. Desta forma, o Brasil, além de subordinado ao capital externo, controlado pelo capital britânico no âmbito político e econômico, teve o aumento do número de importações de mercadorias das mais diversificadas como objetos, alimentos e vestimenta, travando o desenvolvimento nacional de forma autônoma (MOURA, 2014). Um processo que resultou na sua dependência econômica e subordinação imperialista.

Nesse mesmo período temporal e como consequência de tantas mudanças, a vida urbana se complexificou e cresceu demograficamente, gerando um conjunto de contradições em detrimento da imensa desigualdade social, falta de planejamento urbano e políticas públicas, problemas sanitários e de moradia, saúde coletiva, fome, miséria, mortes, epidemias, abandono e assim por diante. Havia ali a constituição de traços embrionários do que conhecemos sobre a gênese da questão social.

A cidade do Rio de Janeiro por exemplo, em 1799 tinha aproximadamente 43.736 habitantes. Já em 1890 ela apresenta um salto longínquo e vai para 522.651 habitantes. Esse aumento ocorreu no mesmo compasso do período aqui apontado, e, pode-se observar quando em 1849 a cidade alcança quase metade da média de habitantes de 1890, representando o total de 266.466 habitantes (MATTOS, 2008). Nesse período, escravizados e trabalhadores livres compartilharam experiências comuns de trabalho e de resistência, que demarcam a emergência do capitalismo no Brasil e a permanência de relações escravagistas.

No Rio de Janeiro, negros (pretos e pardos) compunham 37,2% da população total no ano de 1890. Em 1872 esse número foi composto por 44,4%. Mecanismos de barragens assinalam essa redução (MOURA, 2014). Associado a isso, a baixa expectativa de vida do escravizado e também alforrias, fugas e libertação.

Na vida urbana, a população escravizada estava submetida a três principais formas: trabalho de ganho, trabalho doméstico e trabalho de aluguel. O que diferenciava essa organização era que, os escravizados eram treinados em ofícios especializados ou não, e oferecidos pelos



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

seus senhores para aluguel. O escravizado de ganho era aquele que procurava serviços ocasionais pelas ruas da cidade e exerciam os mais variados tipos de atividades, em troca de uma remuneração que era parcialmente repassada para os seus senhores através de diárias, semanais ou mensalidades. Eram carregadores, vendedores ambulantes, cabeleireiros, lavadeiras, costureiras, rendeiras, estivadores e assim por diante. Estes, além de pagar uma quantia aos seus senhores tinham que organizar o seu próprio sustento.

Nas ruas ou nas fábricas, essas experiências foram cruciais para a compreensão da história do trabalho no Brasil, os conflitos e as disputas daí implicadas entre trabalhadores livres, imigrantes, escravizados, como também as formas de solidariedade.

Parte significativa do que conhecemos como trabalho informal nos dias de hoje, é uma realidade histórica associada ao desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo, cujas experiências remetem ao cotidiano dos ganhadores e do trabalho nas ruas como sobrevivência no pós abolição, como ocorreu nos grandes centros urbanos e/ou a flexibilidade e fragmentação do trabalho vinculado à indústria nascente de capitalismo dependente.

Segundo a classificação ocupacional do censo de 1906, no Rio de Janeiro havia predominância do subemprego, onde 51,8% da população economicamente ativa estava inserida em vagas designadas como serviço doméstico, jornaleiro e outros mais (MATTOS, 2008).

Se em sua gênese a questão social no Brasil foi tratada como “caso de polícia”, a incidência higienista / eugênica adquiriu contornos institucionais para responder às demandas da classe trabalhadora em formação, requisitando profissões como o Serviço Social, que emerge a partir de 1930 para intervir em tal realidade.

As cidades do Rio de Janeiro e Niterói constituíram-se a partir da ocupação urbana por parte de uma elite colonial e burguesa representantes do poder político e econômico e da intensa convivência entre trabalhadores livres e escravizados, inclusive trabalhadores africanos livres que compartilhavam a experiência de opressão, segregação e exploração materializadas na ocupação diferenciada da cidade, moradias precárias e condições de trabalho, transporte, alimentação inconsistente e com realidade de trabalho formal e informal (MATTOS, 2008).

A desigualdade social, segregação espacial, intensa exploração do trabalho, mas também a organização de resistências a esta realidade e a presença histórica de trabalhadores africanos são elementos constitutivos da questão social na região do Rio de Janeiro e Niterói, que se agravaram ao longo do tempo, determinando dentre outros elementos o alto custo de vida em relação a outras regiões do país (ALMEIDA e AZZONI, 2016).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A região portuária da cidade do Rio de Janeiro é emblemática por representar essa história. Conhecida por “Pequena África”, esse território foi constituído pelo mercado de pessoas escravizadas como também pela ocupação por parte de trabalhadores livres e imigrantes que, devido ao alto custo de vida e os baixos salários, habitaram casas e cortiços na região, que era de fácil acesso para o trabalho na estiva. Este por sua vez, era significativamente sem vínculos e por isso, os trabalhadores eram recrutados diariamente. O preço do transporte dificultava a mobilidade e a moradia mais distante, o que levou a sua concentração em cortiços e favelas nesse território.

A região portuária carioca engloba os bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo e no período aqui apontado, o Rio de Janeiro era capital do Império, sendo o porto carioca dinamizado pelas importações e exportações diárias que chegavam ou se destinavam a espaços geográficos próximos ou longínquos, a exemplo do café que era produzido na região centro sul, conhecida como Vale do Paraíba, e que havia se tornado o principal produto voltado para a exportação.

Assim, a “Pequena África” foi se tornando também um espaço de concentração da cultura africana e afro-brasileira através religião, culinária africana e afro brasileira, samba e capoeira. No entanto, essas expressões foram sendo proibidas além de criminalizadas e a população negra perseguida e encarcerada.

No que se refere a região leste fluminense e/ou região metropolitana do Rio de Janeiro, a distribuição das terras externas à cidade carioca perpassou por quatro principais freguesias: Irajá, Santo Antônio de Cassaruba, Trairaponga e São Gonçalo. Essa última região possuía peso significativo na economia regional que, baseada no escravismo, se desenvolveu em torno da produção de gêneros alimentícios com destaque para o cultivo da cana. Após a vinda da corte portuguesa para o Brasil, houve uma expansão de sua economia, impulsionada por novos moradores. Mudanças geográficas foram desencadeadas e com a anexação de algumas freguesias, o povoado que antes se chamava São Domingos passou a se chamar Vila Real da Praia Grande e posteriormente Niterói.

Partindo desse resgate histórico, o projeto de extensão “Memória e História Negra no Rio de Janeiro” pretende desvelar essa realidade à partir dos espaços concretos que revelam as memórias negras na região. Para esse alcance, sua equipe é composta por nove estudantes de graduação sendo uma estudante bolsista, quatro estudantes cuja grande curricular prevê o cumprimento da carga horária de extensão a partir da curricularização, três estudantes vinculados ao projeto de pesquisa e um estudante externo, da área de psicologia. O projeto conta também com a colaboração de duas professoras do curso de graduação da ESS, e parceria entre os



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

sujeitos que estão à frente do movimento de resgate das memórias negras e outras reivindicações, dos respectivos territórios.

O Projeto de Extensão prevê na primeira etapa, atividade de formação de sua equipe através de grupo de estudos, debates e sistematizações, realização de visitas técnicas aos espaços de resistência e memória negra do estado do Rio de Janeiro. Posteriormente indica elaboração de artigos para apresentação em eventos acadêmicos, planejamento e organização de todas as etapas de execução do projeto, que prevê encontros presenciais de formação junto à comunidade acadêmica e demais interessados, visitas e aulas públicas nos seguintes territórios: “Pequena África” da região portuária do Rio de Janeiro, Niterói, Fazenda do Engenho Novo no município de São Gonçalo e Quilombo Maria Conga em Magé.

Vale destacar que as atividades serão promovidas com a estrutura da própria universidade no que se refere ao espaço físico para os encontros, materiais e transporte para os locais de visitas.

Do ponto de vista da formação em Serviço Social, a extensão universitária desempenha um papel particularmente significativo. De acordo com as diretrizes éticas e legais do CRESS/RJ, os alunos só podem começar a realizar atividades de estágio, ou seja, se familiarizar com a realidade em que irão intervir, após cursar a disciplina de ética que está localizada no 5º período do curso de graduação. Considerando que o curso de Serviço Social tem uma duração total de 10 períodos (5 anos), os estudantes só entram em contato com o trabalho profissional de modo concreto depois de uma média de dois anos e meio de formação teórica. Esse intervalo pode ser enriquecedor, no contexto em que a extensão universitária surge como um importante campo de aproximação com a realidade social, podendo proporcionar uma experiência prática e preliminar de modo a tornar a formação mais produtiva e relevante (SOUZA, 2020).

Sendo assim, pela extensão universitária é possível articular experiências sobre o trabalho e a formação profissional em Serviço Social, já que é por ela que os estudantes realizam a primeira aproximação com a realidade interventiva e também conseguem se aproximar de debates que não estão postos especificamente dentro do currículo oficial de formação, como o debate sobre Memória e História Negra no estado do Rio de Janeiro.

A partir do acúmulo estabelecido nas últimas décadas, sobretudo com as contribuições de Silva; Fagundes (2022), Elpídio; Valdo; Rocha (2021), Gonçalves (2018), Eurico (2017), Almeida (2015) e Martins (2012), é possível afirmar que o trato da questão social, como assinala a ABEPSS (1996), perpassa necessariamente pelo trato da questão étnico - racial no Brasil, a partir

de uma conjugação entre universal e particular, que explicita a confluência entre racismo e capitalismo, cuja gênese da questão social e seu processo de reprodução está diretamente vinculado a esta relação.

Disciplinas, ações práticas, atividades e tarefas que fundamentam e/ou dialogam ao debate da questão étnico-racial na formação em Serviço Social são necessárias para a formação de assistentes sociais, pois estes irão desenvolver seu trabalho profissional nas políticas públicas no âmbito da sua execução, elaboração e gestão, ou mesmo nos espaços do terceiro setor e afins.

Tal fato ganha materialidade na realidade concreta, quando temos por exemplo, assistentes sociais que reproduzem cotidianamente o racismo institucional através da internalização de ideias de senso comum no cotidiano de trabalho

Partindo da perspectiva de que o Serviço Social tem como público pessoas que sobrevivem num contexto de ultraneoliberalismo, ou seja, sobrevivem em contextos totalmente tomados pelo capital financeiro e retração das respostas do Estado sobre a “questão social”, e considerando Constituição Federal de 1988 que prevê os direitos básicos garantidos e defendidos à população brasileira, independente da sua autodeclaração, urge uma grande necessidade de formar profissionais qualificados, críticos e que tenham o antirracismo como base central em sua atuação profissional.

Existem implicações a serem analisadas sobre a formação profissional em Serviço Social quando fazemos alusão à temática do Racismo e do Antirracismo, tendo como direção toda a atuação de assistentes sociais. O Serviço Social enquanto uma profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, tem como referencial máximo o Projeto Ético - Político que aponta uma direção política comprometida com a construção de uma nova sociabilidade sem qualquer tipo de opressão e exploração. Logo, um projeto alinhado às lutas dos segmentos da classe trabalhadora, ou seja, um projeto favorável à dignificação da vida da população negra que representa 55,5% segundo dados do IBGE (2022).

Comparado a cursos de exatas ou até mesmo a cursos das ciências sociais, a Escola de Serviço Social da UFF tem um quantitativo alto de professores que em sua trajetória histórica promovem a extensão universitária no âmbito do espaço acadêmico. Sendo assim, a experiência extensionista já é uma atividade que vem sendo pensada na ESS pelos professores e alunos, mas, assim como em toda a universidade, vem enfrentando muitos desafios para implementar uma política interna de extensão de qualidade e socialmente referenciada, em face da

curricularização da extensão, das disputas e interesses em torno do projeto de universidade pública e o precário orçamento.

Considerando que a extensão é uma ação realizada para além dos muros da universidade, é preciso incidir sobre os desafios que envolvem as questões que atravessam a sua efetiva realização, tais como a disponibilidade de transportes próprios da instituição, a participação de alunos trabalhadores ou com vínculos precários de trabalho, a ampliação de bolsas, professores com sobrecarga de trabalho e assim por diante.

Considerações Finais

Mediante as potencialidades e desafios apontados nesse artigo, associado a novos elementos que envolvem o processo de curricularização da extensão e suas implicações para a formação em Serviço Social, o projeto “Memória e História Negra no Estado do Rio de Janeiro” emerge, reiterando ainda a importância de uma formação antirracista para o Serviço Social brasileiro.

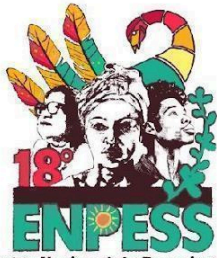
Com base em tais perspectivas, a experiência em curso têm indicado uma ampla adesão ao projeto, por parte das lideranças dos respectivos territórios de memórias negras. Uma necessidade de ampliação e aprofundamento dos diálogos, interlocuções e respostas às demandas apresentadas, e que extrapolam a proposta inicial do projeto de extensão em torno da formação, visitas e aulas públicas.

Fica evidente que o apagamento das memórias e histórias negras expressam um projeto de nação que buscou se instituir através do “mito das 3 raças”, convivência étnico-racial harmônica, passiva, sem conflitos e desigualdades entre raça e classe.

O caráter deste projeto, cujo objetivo foi promover o esquecimento e a fragmentação da consciência racial da população, de modo a dividir as lutas da classetrabalhadora e a sua unidade.

A contribuição do projeto de extensão no tocante a formação e o trabalho profissional associado a experiência de extensão que recupera o seu real significado, em torno de atravessar os muros acadêmicos e adentrar a realidade tal como ela se revela.

Bibliografia:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

ABEPSS. Curricularização da extensão e Serviço Social. Brasília, dezembro de 2022.

ABEPSS. Estatuto. Disponível em:

<http://www.abepss.org.br/arquivos/textos/arquivo_201903221439271525620.pdf Acesso em agosto de 2024.

ABEPSS. Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social: com base no currículo mínimo aprovado em assembleia geral extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro: ABEPSS, 1996. Disponível em: http://www.abepss.org.br/files/Lei_de_Diretrizes_Curriculares_1996.pdf. Acesso em 20. mar. 2023.

ALMEIDA, A. N.; AZZONI, Carlos Roberto. Custo de vida comparativo das regiões metropolitanas brasileiras: 1996-2014. Estudos Econômicos, São Paulo, 2016.

ALMEIDA, S. D. Serviço Social e relações raciais: caminhos para uma sociedade sem classes. Temporáris, Brasília, ano 15, n. 29, jan./jun. 2015.

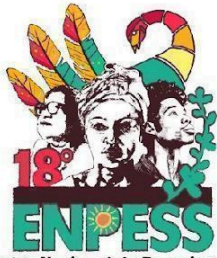
ASSIS, E.; VALDO, J. P. S.; SILVA, S. R. V.; Questão Racial e Serviço Social: desafios e perspectivas de uma formação profissional antirracista. In: ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. S.; ROCHA, R. (orgs.). Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico – racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, 1988

CRESS-RJ. Cartilha: O que você precisa saber sobre estágio em Serviço Social: orientações éticas e legais. Disponível em: <https://www.cressrj.org.br/wp-content/uploads/2020/05/cartilhas-o-que-voce-precisa-saber-sobre-e-stagio-em-servico-social-orientacoes-eticas-e-legais.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2024.

ELPÍDIO, M. H.; VALDO, J. P. S.; ROCHA, R. (orgs.). Desafios para o Serviço Social na luta antirracista: questão étnico – racial em debate. São Paulo: Annablume, 2021.

EURICO, M. Da escravidão ao trabalho livre: contribuições para o trabalho do assistente social. SER Social, Brasília, v. 19, n. 41, p. 414-427, jul./dez. 2017.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GONÇALVES, R. Quando a questão racial é o nó da questão social. Revista Katálysis, Florianópolis, n. 3, v. 21, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/1982-02592018v21n3p514>. Acesso em: 29 set. 2021.

MARTINS, T. C. S. Racismo no mercado de trabalho: limites à participação dos trabalhadores negros na constituição da “questão social” no Brasil. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Recife, 2012.

MATTOS, M. B. Escravizados e Livres: experiências comuns na formação da classe trabalhadora carioca. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2008.

MOURA, C. Rebeliões da Senzala: quilombos, insurreições, guerrilhas. 5 ed. São Paulo: Anita Garibaldi, coedição Fundação Maurício Grabois, 2014.

PAULO NETTO, J. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Política de Extensão da Escola de Serviço Social. Universidade Federal Fluminense, Niterói, Rio de Janeiro, 2024.

SILVA, S. R. V.; FAGUNDES, Gustavo. "Clóvis Moura e a questão social no Brasil". Revista Katálysis, v. 25, n.02, p.222 - 231, mai - ago, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/nyRfvjnk4ZVnSTNk4LPZGYw/?format=pdf&lang=pt>.

SOUZA, D. L. (2020). A prática da extensão universitária no contexto do Serviço Social. Editora Universitária.